

Galvêas: Juro é suportável

“Acho que todo mundo percebeu que as mudanças nos juros para exportação e agricultura foram relativamente pequenas e de fácil absorção, que não vão alterar o curso dos acontecimentos na economia” — disse ontem o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, ao comentar as reações do mercado às medidas aprovadas no dia anterior pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e ao decreto-lei que obriga o Banco do Brasil a transferir para o Tesouro os resultados da aplicação de recursos governamentais.

“O que eu sei até agora é que está tudo normal” — afirmou, no final da tarde, ao sair de uma solenidade de inauguração da creche da Associação dos Servidores do Ministério da Fazenda, Galvêas afastou a hipótese de uma quebra nas bolsas de valores por causa da extraordinária elevação das cotações das ações nas últimas semanas, lembrando que “o próprio mercado se encarrega de corrigir as distorções quando se ultrapassam certos limites”.

Um alto funcionário do Ministério da Fazenda revelou depois que ainda não está totalmente definida a pauta da próxima reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN) na próxima segunda-feira, às 15 horas, embora já esteja certo que entrarão os votos propondo a substituição do confisco cambial nas exportações de cacau por um

imposto de exportação, dentro da linha de atendimento das exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI). O confisco cambial, de quase US\$ 100 dólares, é considerado pelo FMI como “restrição cambial”.

A definição dos assuntos para o CMN dependerá também de uma reunião extraordinária do Comor (Comitê Interministerial de Acompanhamento da Execução dos Orçamentos Públicos), já convocada para segunda-feira pela manhã, na Secretaria do Planejamento da Presidência da República (Sepplan). Na reunião será examinado o “plano de saneamento” dos bancos estaduais que, na parte da tarde, deve ser votado pelo CMN. Este plano inclui não apenas a consolidação da dívida dos bancos estaduais para com o Banco Central e o Banco do Brasil, entre Cr\$ 500 e Cr\$ 600 bilhões até agora, mas também novas restrições às operações entre as instituições e os governos estaduais.

Já o diretor de Controle do Banco do Brasil, Sadi Assis Ribeiro Filho, informou no final da tarde que o CMN deverá apreciar também o voto que institui uma taxa de remuneração do Banco pela realização de operações do interesse do Governo. Deverão ser fixadas as taxas para algumas operações, de mais fácil identificação contábil, enquanto as demais só serão apreciadas pelo CMN no próximo ano.